

Universidades Lusíada

Cardoso, Jorge Rio

Economia e qualidade de vida em Portugal

<http://hdl.handle.net/11067/8301>

<https://doi.org/10.34628/1PFP-5E21>

Metadados

Data de Publicação

2025

Resumo

O artigo analisa a relação intrínseca entre o desempenho económico e o bem-estar das populações. Defende que as autarquias locais têm um papel central no fomento do crescimento económico através da criação de condições favoráveis ao investimento, emprego, inovação e sustentabilidade. São abordados quatro pilares estratégicos: emprego estável e bem remunerado; infraestruturas de qualidade; atração de investimento nacional e estrangeiro; e promoção de práticas sustentáveis e inovadoras. O texto i...

This article explores the intrinsic relationship between economic performance and population well-being. It argues that local authorities play a central role in promoting economic growth by creating favorable conditions for investment, employment, innovation, and sustainability. The chapter addresses four strategic pillars: stable and well-paid employment; high-quality infrastructures; attraction of national and foreign investment; and the promotion of sustainable and innovative practices. It a...

Editor

Universidade Lusíada Editora

Palavras Chave

Qualidade de vida - Portugal, Desenvolvimento económico - Portugal, Administração local - Portugal

Tipo

article

Revisão de Pares

yes

Coleções

[ULL-FCEE] LEE, n. 39 (2025)

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-10-29T23:02:53Z com informação proveniente do Repositório



JORGE RIO CARDOSO

Instituto Superior de Gestão e Administração de Santarém

jorge.cardoso@islasantarem.pt | [ib 0000-0002-4878-8509](https://orcid.org/0000-0002-4878-8509)

Submetido em 17/11/2025 • Aprovado em 19/01/2026 • Publicado em 02/03/2026

ECONOMIA E QUALIDADE DE VIDA EM PORTUGAL: ILAÇÕES PARA AS AUTÁRQUICAS

ECONOMY AND QUALITY OF LIFE IN PORTUGAL: LESSONS FOR LOCAL ELECTIONS

[doi 10.34628/1PPF-5E21](https://doi.org/10.34628/1PPF-5E21)

Resumo: O artigo analisa a relação intrínseca entre o desempenho económico e o bem-estar das populações. Defende que as autarquias locais têm um papel central no fomento do crescimento económico através da criação de condições favoráveis ao investimento, emprego, inovação e sustentabilidade. São abordados quatro pilares estratégicos: emprego estável e bem remunerado; infraestruturas de qualidade; atração de investimento nacional e estrangeiro; e promoção de práticas sustentáveis e inovadoras. O texto identifica também os principais desafios, como as desigualdades regionais e a burocracia, e destaca oportunidades, nomeadamente a utilização de fundos europeus e a adoção de estratégias de *smart cities*. Conclui-se que o desenvolvimento económico local é essencial para melhorar a qualidade de vida, fortalecer a coesão territorial e construir um Portugal mais próspero, inclusivo e sustentável.

Palavras-chave: Economia local | Qualidade de vida | Autarquias locais | Desenvolvimento económico | Emprego e inovação | Sustentabilidade.

Abstract: This article explores the intrinsic relationship between economic performance and population well-being. It argues that local authorities play a central role in promoting economic growth by creating favorable conditions for investment, employment, innovation, and sustainability. The chapter addresses four strategic pillars: stable and well-paid employment; high-quality infrastructures; attraction of national and foreign investment; and the promotion of sustainable and innovative practices. It also identifies key challenges such as regional inequalities and bureaucratic hurdles, and highlights opportunities like the use of European funds and the adoption of smart city strategies. The conclusion stresses that local economic development is fundamental to improving quality of life, strengthening territorial cohesion, and building a more prosperous, inclusive, and sustainable Portugal.

Keywords: Local economy | Quality of life | Local authorities | Economic development | Employment and innovation | Sustainability.



Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Original Texto submetido à plataforma de deteção de similaridade e plágio OURIGINAL.

Os textos que constituem esta obra seguem, por decisão do respetivo autor, a antiga ou a atual grafia.

O conteúdo desta obra é da exclusiva responsabilidade do seu autor e não vincula a Fundação Minerva | Universidade Lusíada.

1. INTRODUÇÃO

A economia e a qualidade de vida estão intrinsecamente ligadas, sendo a prosperidade económica um dos fatores determinantes do bem-estar das populações. O crescimento económico, a criação de emprego, a inovação e o investimento constituem elementos essenciais para a sustentabilidade e o desenvolvimento das comunidades locais (Sen, 1999).

No contexto português, as autarquias locais desempenham um papel crucial na promoção do desenvolvimento económico, pois são responsáveis por criar condições favoráveis ao investimento, ao empreendedorismo e à geração de riqueza nos territórios que administram (Rodrigues, 2013). O fortalecimento da economia local reflete-se diretamente na melhoria das condições de vida dos cidadãos, na oferta de serviços públicos de qualidade e na capacidade dos municípios de responderem de forma eficaz às necessidades da população.

Este capítulo analisa a relação entre economia e qualidade de vida, explorando as principais dinâmicas económicas que influenciam o bem-estar da população portuguesa e apresentando ilações para as autarquias, que devem atuar como agentes facilitadores do progresso e da equidade social.

2. ECONOMIA E QUALIDADE DE VIDA: UMA RELAÇÃO INDISSOCIÁVEL

A qualidade de vida é fortemente influenciada pelo desempenho económico de uma região. Um município com uma economia robusta consegue gerar mais empregos, oferecer melhores infraestruturas e garantir serviços públicos eficientes, desde a saúde à educação, passando pela mobilidade e pela segurança (Stiglitz, Sen & Fitoussi, 2009).

Entre os principais fatores que relacionam a economia com a qualidade de vida, destacam-se:

2.1. EMPREGO E ESTABILIDADE FINANCEIRA

O emprego estável e bem remunerado constitui um dos pilares fundamentais da qualidade de vida, refletindo-se diretamente na capacidade das

famílias para acederem a bens e serviços essenciais, como habitação condigna, cuidados de saúde de qualidade, educação, cultura e lazer (OECD, 2020). Para além do impacto económico, o trabalho digno promove a autoestima, a inclusão social e a coesão comunitária.

Os municípios que apresentam taxas de desemprego reduzidas e oferecem boas oportunidades de emprego revelam maior dinamismo económico e tendem a ser mais atrativos para novos residentes, especialmente para jovens e famílias em idade ativa (Moreira, 2017). Este fenómeno gera ciclos virtuosos de crescimento, onde a expansão do mercado de trabalho reforça a procura de bens e serviços, estimula o investimento privado e potencia novas oportunidades de desenvolvimento.

A promoção da empregabilidade local exige, por parte das autarquias, uma abordagem estratégica e multifacetada. Entre as principais ações que podem ser implementadas destacam-se:

- Incentivos fiscais e apoio às empresas. A concessão de benefícios fiscais, como a redução de taxas municipais (IMI, IMT) ou a isenção de tarifas urbanísticas, pode ser um fator de atração para novas empresas e para a expansão de negócios existentes, contribuindo para a criação de postos de trabalho locais.
- Fomento do empreendedorismo e da economia local. O apoio ao empreendedorismo, através da criação de incubadoras de empresas, espaços de coworking e programas de aceleração de startups, é essencial para diversificar a economia e estimular a inovação (Crespo, 2021).
- Capacitação e requalificação profissional. A formação contínua dos recursos humanos é crucial para responder às mudanças no mercado de trabalho. As autarquias podem colaborar com instituições de ensino, centros de formação e empresas para oferecer programas de capacitação alinhados com as necessidades emergentes, nomeadamente nas áreas da digitalização, das tecnologias verdes e dos serviços de proximidade (Guerra, 2018).
- Parcerias com o setor privado e o terceiro setor. A criação de redes de colaboração entre o poder local, o setor empresarial e as organizações da sociedade civil pode potenciar projetos de inserção profissional, estágios remunerados e programas de inclusão de grupos vulneráveis.
- Planeamento estratégico de desenvolvimento económico. A elaboração de estratégias municipais de desenvolvimento económico, baseadas numa visão integrada e participada, permite identificar setores estratégicos, definir objetivos de criação de emprego e orientar os in-

vestimentos públicos e privados de forma mais eficaz.

Promover o emprego de qualidade não significa apenas gerar mais postos de trabalho, mas garantir que estes são estáveis, devidamente remunerados e socialmente dignificantes. Um município que investe na criação de empregos qualificados e na estabilidade financeira dos seus residentes está a investir, em última análise, na sustentabilidade social, económica e demográfica do seu território.

Neste sentido, o fortalecimento da empregabilidade local deve ser entendido como um vetor central da política autárquica, essencial para promover a qualidade de vida, a justiça social e o desenvolvimento territorial sustentável.

2.2. INFRAESTRUTURAS E DESENVOLVIMENTO URBANO

A qualidade das infraestruturas económicas influencia de forma decisiva o bem-estar das populações e a competitividade dos territórios no contexto nacional e global (Florida, 2014). Infraestruturas adequadas não só garantem melhores condições de vida para os residentes, como também constituem um fator de atratividade para empresas, investidores e turistas.

Estradas bem conservadas, redes de transporte público eficientes, acesso a comunicações digitais de alta velocidade, disponibilidade de energia fiável e zonas industriais e empresariais devidamente planeadas são elementos fundamentais para assegurar a mobilidade das pessoas e dos bens, a produtividade das atividades económicas e a coesão territorial.

2.2.1. IMPORTÂNCIA DAS INFRAESTRUTURAS PARA A QUALIDADE DE VIDA

Existem três aspetos principais em que as infraestruturas contribuem para a qualidade de vida:

- **Mobilidade e acessibilidade:** A existência de boas ligações rodoviárias, ferroviárias e de transportes coletivos facilita a deslocação quotidiana, reduz o tempo de viagem, aumenta a produtividade e melhora o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional dos cidadãos.
- **Inclusão digital:** O acesso universal a redes de comunicação modernas (internet de alta velocidade, 5G) é hoje imprescindível para a inclusão social, o teletrabalho, o ensino à distância e a competitividade empresarial (European Commission, 2020).
- **Espaço público e requalificação urbana:** A renovação de centros histó-

ricos, a criação de espaços verdes, a reabilitação de equipamentos públicos e a revitalização de bairros degradados promovem a qualidade ambiental, o convívio comunitário e o orgulho de pertença ao território.

2.2.2. O PAPEL DAS AUTARQUIAS NO DESENVOLVIMENTO URBANO

As autarquias locais são agentes estratégicos na definição, planeamento e execução de projetos de infraestrutura e desenvolvimento urbano. As suas intervenções devem privilegiar:

- Requalificação urbana e regeneração de espaços degradados. A aposta na renovação de centros urbanos e na criação de zonas pedonais, praças públicas e espaços de lazer aumenta a atratividade residencial e turística dos municípios;
- Planeamento de zonas empresariais inovadoras. A criação de parques empresariais, tecnológicos ou industriais, dotados de boas acessibilidades e infraestruturas de suporte, é essencial para captar investimento e fomentar o crescimento económico local;
- Mobilidade sustentável. Investir em transportes públicos de qualidade, em redes cicláveis e em soluções de mobilidade elétrica é fundamental para reduzir as emissões de carbono, melhorar a qualidade do ar e aumentar a atratividade dos municípios (Silva, 2022);
- Infraestruturas digitais. A promoção da cobertura digital total e a criação de *hubs* tecnológicos são determinantes para integrar os municípios na economia do conhecimento e para reter talento jovem e qualificado.

2.2.3. INFRAESTRUTURAS COMO MOTOR DE DESENVOLVIMENTO

Está hoje amplamente reconhecido que a modernização das infraestruturas locais gera efeitos multiplicadores na economia, impulsionando setores como a construção, o comércio e os serviços, e contribuindo para a fixação de populações e a dinamização do tecido social.

Além disso, municípios que investem de forma estratégica e sustentável nas suas infraestruturas conseguem posicionar-se de forma competitiva na atração de novos residentes, visitantes e investimentos, promovendo ciclos virtuosos de desenvolvimento económico e de melhoria da qualidade de vida.

Assim, o investimento em infraestruturas e o planeamento urbano inteligente devem ser entendidos como elementos centrais das políticas muni-

país, alinhados com uma visão de futuro que privilegie a sustentabilidade, a inovação e a inclusão social.

2.2.4. EXEMPLOS DE BOAS PRÁTICAS EM INFRAESTRUTURAS E DESENVOLVIMENTO URBANO

CASCAIS: MOBILIDADE E QUALIDADE DE VIDA

O município de Cascais é frequentemente apontado como um exemplo de boas práticas em mobilidade urbana e desenvolvimento de infraestruturas sustentáveis. Apostando numa política de transportes públicos gratuitos para todos os residentes, Cascais conseguiu reduzir significativamente a utilização do transporte individual, diminuir as emissões de carbono e melhorar a fluidez do trânsito urbano.

Além disso, investiu na criação de ciclovias, na requalificação dos espaços públicos e na revitalização dos centros históricos, tornando o concelho mais atrativo para residentes, turistas e investidores. A integração de soluções digitais na gestão da mobilidade (por exemplo, a aplicação MobiCascais) reforçou ainda mais a eficiência dos serviços públicos.

BRAGA: REQUALIFICAÇÃO URBANA E INOVAÇÃO DIGITAL

Braga é outro exemplo de município que tem apostado fortemente na modernização das infraestruturas e na regeneração urbana. A cidade lançou vários projetos de requalificação dos seus espaços públicos, como a renovação da Avenida da Liberdade e a revitalização de zonas degradadas, o que contribuiu para melhorar a qualidade ambiental e a estética urbana.

Paralelamente, Braga tem investido em infraestruturas digitais, posicionando-se como uma “smart city”. A aposta em redes de sensores inteligentes, gestão energética eficiente e plataformas digitais de serviços ao cidadão permite não só otimizar recursos, mas também atrair empresas tecnológicas e projetos inovadores.

2.3. ATRAÇÃO DE INVESTIMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O investimento privado constitui um motor essencial para o dinamismo económico local, sendo determinante para a criação de emprego, a promoção da inovação e o aumento da competitividade dos territórios (Moreira, 2017). Municípios que conseguem captar investimento, tanto nacional como estran-

geiro, não só fortalecem as suas economias, como melhoram a qualidade de vida das suas populações através da ampliação de oportunidades de emprego, do aumento da receita pública e da dinamização de serviços e infraestruturas.

Num contexto de crescente globalização e competitividade entre territórios, torna-se imperativo que as autarquias adotem estratégias proativas de captação de investimento, baseadas na valorização das suas vantagens competitivas e na construção de ecossistemas atrativos para negócios inovadores e sustentáveis.

2.3.1. PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS PARA A ATRAÇÃO DE INVESTIMENTO:

- **Criação de Zonas Industriais e Tecnológicas.** A disponibilização de áreas devidamente infraestruturadas para a instalação de empresas é fundamental. Zonas industriais modernas, parques tecnológicos e centros de inovação permitem atrair empresas de diferentes setores, nomeadamente indústrias de base tecnológica, energias renováveis e serviços avançados;
- **Redução da burocracia e simplificação administrativa.** A desburocratização dos processos administrativos — nomeadamente o licenciamento de atividades económicas, a obtenção de alvarás ou a concessão de incentivos — constitui um fator decisivo para tornar o ambiente de negócios mais ágil e atrativo. Municípios que implementam “balcões únicos” de atendimento ao investidor ou plataformas digitais de licenciamento demonstram maior capacidade de resposta e eficiência;
- **Marketing territorial e *branding* municipal.** A promoção ativa dos municípios através de campanhas de marketing territorial, participação em feiras internacionais e construção de uma marca territorial forte é crucial para posicionar o território como destino de investimento. Estratégias que valorizam os recursos endógenos, a qualidade de vida, a sustentabilidade ambiental e a capacidade de inovação reforçam a imagem dos municípios como lugares de oportunidade;
- **Incentivos fiscais e apoios financeiros.** A oferta de benefícios fiscais (como reduções de IML, IMT ou derrama) e programas de apoio ao investimento (subvenções, acesso a fundos europeus, parcerias público-privadas) são mecanismos eficazes para estimular o interesse de investidores;
- **Fortalecimento dos ecossistemas empreendedores.** A criação de ambientes favoráveis ao empreendedorismo — através de incubadoras, aceleradoras de *startups*, redes de mentores, centros de I&D — favorece a emergência de novos negócios e a atração de talentos inovadores, tornando o município mais dinâmico e competitivo.

2.3.2. INVESTIMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A captação de investimento é também uma alavanca para o desenvolvimento regional equilibrado. Ao promover a instalação de empresas no interior do país, por exemplo, as autarquias podem contribuir para reduzir as assimetrias territoriais, fixar populações jovens e qualificar o tecido económico regional (Silva, 2022).

Investir em setores estratégicos — como a economia verde, a indústria 4.0, o turismo sustentável ou as indústrias culturais e criativas — permite diversificar as economias locais e reduzir a dependência de atividades tradicionais, tornando os territórios mais resilientes às crises económicas.

Assim, a atração de investimento deve ser encarada não apenas como uma questão de crescimento económico, mas como uma estratégia integrada de coesão territorial, inclusão social e sustentabilidade.

A capacidade de um município para atrair e reter investimento privado é hoje um dos principais indicadores da sua competitividade e da sua visão estratégica. Autarquias que apostam na criação de condições propícias ao investimento contribuem para a dinamização económica, o fortalecimento do tecido social e a construção de comunidades mais prósperas e inovadoras.

Vejamos agora, no quadro seguinte, os fatores críticos de sucesso e para os quais as autarquias deverão estar particularmente atentas.

Quadro 1. Fatores críticos de sucesso para as autarquias

Fator Crítico	Descrição
Infraestruturas de Qualidade	Rede viária moderna, transportes eficientes, parques industriais e tecnológicos bem equipados.
Mão de Obra Qualificada	Disponibilidade de trabalhadores com formação adequada e programas de requalificação profissional.
Ambiente Institucional Favorável	Processos administrativos simples, celeridade no licenciamento, transparência e apoio ao investidor.
Oferta de Incentivos	Benefícios fiscais, acesso a apoios financeiros, programas de captação de investimento.
Qualidade de Vida	Segurança, saúde, educação, cultura e lazer como fatores de atração para empresas e trabalhadores.
Sustentabilidade e Inovação	Compromisso com a economia verde, práticas sustentáveis e estímulo à inovação tecnológica.
Marketing Territorial Estratégico	Promoção da imagem do município em feiras, campanhas internacionais e redes de investimento.
Parcerias Estratégicas	Colaboração com universidades, centros de investigação, clusters empresariais e organismos de apoio.

2.3.3. EXEMPLOS DE SUCESSO NA ATRAÇÃO DE INVESTIMENTO EM PORTUGAL

ÍLHAVO: APOSTA NA ECONOMIA DO MAR

O município de Ílhavo, localizado na Região de Aveiro, tem sido exemplar na captação de investimento ligado às indústrias do mar. Apostando numa identidade territorial forte, associada à tradição marítima e à inovação tecnológica, Ílhavo desenvolveu infraestruturas específicas como o *Centro de Investigação e Empreendedorismo do Mar* e apoiou projetos de clusters empresariais ligados à aquacultura, à biotecnologia marinha e à construção naval.

A promoção ativa da marca “**Ílhavo – Terra do Mar e da Inovação**” e a colaboração com universidades e centros de investigação reforçaram a atratividade do território, permitindo captar investimento nacional e internacional. Este posicionamento estratégico contribuiu para a criação de emprego qualificado e para a diversificação da economia local.

FUNDÃO: TECNOLOGIA E EMPREENDEDORISMO NO INTERIOR

O Fundão tornou-se um caso de estudo em termos de revitalização económica no interior de Portugal. Apostando fortemente na inovação e no empreendedorismo tecnológico, o município criou o *Centro de Negócios e Serviços Partilhados do Fundão* e implementou políticas de apoio às *startups*, incubadoras de empresas e formação tecnológica avançada.

O investimento em infraestruturas digitais, parcerias estratégicas com universidades e incentivos fiscais atrativos transformaram o Fundão num polo de captação de empresas tecnológicas, como a Altran e a Capgemini. Esta dinâmica contribuiu para inverter a tendência de despovoamento, fixar jovens talentos e impulsionar o desenvolvimento regional.

2.4. ECONOMIA SUSTENTÁVEL E INOVAÇÃO

A economia contemporânea enfrenta desafios estruturais que exigem uma transformação profunda nos modelos de desenvolvimento, tornando imperativa a adoção de práticas sustentáveis e a aposta consistente na inovação. O impacto das alterações climáticas, a escassez de recursos naturais e as exigências de uma sociedade cada vez mais digitalizada obrigam os municípios a repensar as suas estratégias económicas de forma integrada e prospetiva (European Commission, 2020).

Os territórios que investem na economia verde, na transição digital e na inovação tecnológica demonstram maior capacidade de adaptação e resiliência face às crises económicas, ambientais e sociais, consolidando-se como espaços de oportunidade e qualidade de vida para as gerações atuais e futuras.

2.4.1. PILARES DA ECONOMIA SUSTENTÁVEL E INOVADORA

Existem quatro grandes pilares da economia sustentável e inovadora:

- Transição energética e neutralidade carbónica. A promoção de fontes de energia renovável (solar, eólica, biomassa), a eficiência energética nos edifícios públicos e privados e o incentivo à mobilidade elétrica são elementos centrais para reduzir a dependência de combustíveis fósseis e mitigar as emissões de gases com efeito de estufa;
- Economia circular. A substituição do modelo económico linear (“produzir-consumir-descartar”) por um modelo circular, assente na reutilização, reciclagem e prolongamento do ciclo de vida dos produtos, é essencial para reduzir a pressão sobre os recursos naturais e minimizar os impactos ambientais;
- Inovação tecnológica e digitalização. A digitalização dos serviços municipais, o apoio a startups de base tecnológica e a criação de espaços de inovação (hubs, laboratórios vivos) permitem dinamizar a economia local, atrair talentos e fomentar a competitividade dos territórios;
- Turismo sustentável. A valorização do património natural e cultural, a promoção de práticas turísticas responsáveis e a gestão sustentável dos fluxos turísticos são estratégias fundamentais para garantir que o turismo contribua para o desenvolvimento económico sem comprometer os ecossistemas locais.

2.4.2. O PAPEL DAS AUTARQUIAS NA PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO

As autarquias, pela sua proximidade às realidades locais e pela sua capacidade de mobilização de recursos e agentes, têm um papel decisivo na implementação de políticas de sustentabilidade e inovação. Entre as ações mais relevantes destacam-se:

- Definição de estratégias locais de desenvolvimento sustentável. Elaboração de Planos de Ação para a Energia Sustentável e Clima (PAESC) e integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nas políticas municipais;

- Apoio a projetos de inovação verde. Criação de fundos municipais de apoio a projetos de inovação ambiental, promoção de concursos públicos para soluções tecnológicas sustentáveis e incentivo à instalação de empresas “verdes”;
- Educação e sensibilização ambiental. Implementação de programas de educação ambiental nas escolas, campanhas de sensibilização para a economia circular e iniciativas de participação cidadã na gestão dos recursos naturais;
- Fomento de redes de cooperação. Participação em redes nacionais e europeias de cidades sustentáveis e inovadoras, potenciando o intercâmbio de boas práticas, a captação de financiamento e o reforço da capacidade institucional.

Assim, ao apostar numa economia sustentável e inovadora, os municípios não só contribuem para enfrentar os desafios globais, como também criam novas oportunidades de emprego, atraem investimento de qualidade e reforçam a coesão social e territorial. Uma estratégia local de desenvolvimento sustentável deve ser, assim, um eixo central de qualquer política municipal orientada para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para a construção de comunidades resilientes e inclusivas.

2.4.3. EXEMPLOS DE BOAS PRÁTICAS EM ECONOMIA SUSTENTÁVEL E INOVAÇÃO

VILA NOVA DE GAIA: MOBILIDADE ELÉTRICA E ECONOMIA CIRCULAR

O município de Vila Nova de Gaia tem vindo a afirmar-se como uma referência nacional na área da sustentabilidade. A autarquia implementou uma vasta rede de postos de carregamento para veículos elétricos e incentiva ativamente a transição para a mobilidade elétrica através de programas de apoio a frotas municipais e incentivos aos particulares.

Paralelamente, Gaia tem apostado em projetos de **economia circular**, nomeadamente através da valorização de resíduos urbanos, da promoção da compostagem comunitária e da criação de centros de reparação de equipamentos, contribuindo para a redução da produção de resíduos e para a sensibilização ambiental da comunidade.

LAGOA (ALGARVE): ESTRATÉGIA DE NEUTRALIDADE CARBÓNICA

O município de Lagoa, no Algarve, estabeleceu como objetivo estratégico atingir a **neutralidade carbónica** até 2030, muito antes da meta nacional defi-

nida para 2050. Para tal, lançou um Plano Municipal de Ação Climática que inclui medidas como a instalação de painéis solares em edifícios públicos, a criação de corredores verdes urbanos e a promoção de práticas agrícolas sustentáveis.

Além disso, Lagoa tem desenvolvido programas de **educação ambiental** junto das escolas e da população em geral, apostando na criação de uma cultura de sustentabilidade e de cidadania ecológica.

Estas políticas permitiram a Lagoa reforçar a sua atratividade como destino turístico sustentável, consolidando simultaneamente a qualidade de vida para os seus residentes.

3. O PAPEL DAS AUTARQUIAS NA PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA ATRAVÉS DA ECONOMIA

As autarquias locais dispõem de diversas ferramentas para fomentar o desenvolvimento económico e, consequentemente, melhorar a qualidade de vida. Entre as medidas mais eficazes, destacam-se:

- Políticas de incentivo ao emprego e ao empreendedorismo. Criação de incubadoras de empresas, apoio a startups, atribuição de incentivos fiscais e implementação de programas de formação profissional (Crespo, 2021);
- Investimento em infraestruturas. Modernização da rede viária, melhoria dos transportes públicos, criação de zonas empresariais atrativas e promoção de espaços de *coworking*;
- Apoio ao comércio local. Valorização dos pequenos negócios, realização de feiras de empreendedorismo, dinamização de mercados municipais e digitalização do comércio tradicional (Portela, 2019).
- Promoção do turismo e da economia criativa. Preservação e valorização do património cultural e natural, incentivo ao turismo sustentável e apoio a projetos artísticos e culturais.
- Sustentabilidade e inovação. Implementação de políticas de eficiência energética, incentivo à mobilidade elétrica, aposta em cidades inteligentes (*smart cities*) e fortalecimento das práticas de governação eletrónica.

Os municípios que implementam estas estratégias conseguem criar um ambiente económico favorável ao crescimento, à inovação e à equidade, proporcionando melhores oportunidades para os cidadãos e maior atratividade para investidores.

4. DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA AS AUTARQUIAS

Apesar das inúmeras oportunidades que a economia oferece para melhorar a qualidade de vida, as autarquias enfrentam desafios significativos, tais como:

- Desigualdades regionais. A disparidade económica entre o litoral e o interior português continua a ser uma questão premente, exigindo políticas de coesão territorial mais eficazes (Silva, 2022).
- Burocracia excessiva. A simplificação dos processos administrativos é essencial para facilitar o investimento, a criação de novas empresas e a inovação.
- Falta de qualificação da mão de obra. A adaptação dos sistemas educativos e dos programas de formação profissional às necessidades emergentes do mercado de trabalho é fundamental para assegurar a empregabilidade e a inclusão social.

Por outro lado, emergem oportunidades significativas, como:

- Aproveitamento dos fundos europeus (NextGenerationEU, Portugal 2030) para a modernização das infraestruturas e para a promoção do empreendedorismo e da inovação tecnológica;
- Desenvolvimento de estratégias de marketing territorial, valorizando as potencialidades específicas de cada região para atrair novos residentes, investidores e turistas;
- Adoção de políticas de cidade inteligente, utilizando tecnologias digitais para otimizar os serviços públicos e melhorar a eficiência da administração local.

Quadro 2. Desafios e oportunidades para as autarquias

Desafios	Oportunidades
Desigualdades regionais (litoral vs interior)	Aproveitamento dos fundos europeus (NextGenerationEU, Portugal 2030)
Burocracia excessiva nos processos administrativos	Simplificação administrativa e modernização digital
Falta de qualificação da mão de obra local	Desenvolvimento de programas de formação e requalificação profissional
Acesso limitado a investimentos externos	Estratégias de marketing territorial e atração de investidores
Fragilidade dos ecossistemas empreendedores	Apoio a startups, incubadoras e inovação tecnológica
Pressões ambientais e necessidade de transição verde	Implementação de políticas de sustentabilidade e economia circular
Envelhecimento demográfico	Atração de novos residentes através de qualidade de vida elevada

5. CONCLUSÃO

A economia é um fator determinante da qualidade de vida e deve ser encarada como uma prioridade estratégica pelas autarquias locais. Municípios economicamente dinâmicos proporcionam melhores condições de vida, acesso a serviços de qualidade e um ambiente mais inclusivo, inovador e sustentável.

A interligação entre economia e qualidade de vida exige políticas locais bem estruturadas, que promovam o crescimento económico de forma equilibrada e sustentável. As autarquias, enquanto agentes centrais do desenvolvimento territorial, devem adotar estratégias inovadoras que potenciem o investimento, a empregabilidade e o bem-estar das populações.

A construção de um Portugal mais próspero e equitativo dependerá, em grande medida, da capacidade dos municípios para transformar a economia num motor de progresso, equidade e qualidade de vida para todos.

6. NOTAS FINAIS

A articulação entre economia e qualidade de vida constitui, nas sociedades contemporâneas, um desafio central para a construção de territórios mais inclusivos e sustentáveis. Como salientam Sen (1999) e Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009), o desenvolvimento deve ser medido não apenas pelo crescimento económico, mas também pela melhoria efetiva das condições de vida e pela expansão das liberdades individuais.

As autarquias locais, pela sua proximidade e capacidade de ação no terreno, assumem um papel estratégico na promoção do desenvolvimento económico, desempenhando funções essenciais na criação de ecossistemas favoráveis ao investimento, à inovação e à inclusão social (Rodrigues, 2013; Guerra, 2018).

Neste contexto, torna-se imprescindível que as políticas públicas municipais sejam concebidas de forma integrada, valorizando dimensões como a coesão territorial (Silva, 2022), a sustentabilidade ambiental (European Commission, 2020) e a competitividade criativa (Florida, 2014).

A capacidade de aproveitar os fundos europeus disponíveis, de estimular o empreendedorismo local (Crespo, 2021) e de adotar práticas de governança inteligente será determinante para o futuro das comunidades portuguesas.

Em linha com as recomendações da OCDE (2020), os municípios que apostarem em estratégias de desenvolvimento sustentável, inovação tecnológica e qualificação do capital humano estarão melhor posicionados para assegurar o progresso económico e social dos seus territórios.

Em suma, investir no desenvolvimento económico local é investir na dignidade, na felicidade e no futuro dos cidadãos. As autarquias portuguesas enfrentam, assim, uma oportunidade e uma responsabilidade histórica: transformar a economia num verdadeiro motor de qualidade de vida, construindo um Portugal mais próspero, coeso e sustentável.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CRESPO, N. (2021). *Empreendedorismo, inovação e políticas locais de desenvolvimento*. Lisboa: Edições Sílabo.
- EUROPEAN COMMISSION (2020). *The European Green Deal*. Brussels.
- FLORIDA, R. (2014). *The Rise of the Creative Class*. Basic Books.
- GUERRA, I. (2018). *Desenvolvimento Local: Teorias e práticas*. Porto: Edições Afrontamento.
- MOREIRA, M. (2017). *Políticas Públicas Locais e Atração de Investimento*. Coimbra: Almedina.
- OECD (2020). *How's Life? Measuring Well-being*. Paris: OECD Publishing.
- PORTELA, M. (2019). *Economia Local e Comércio Tradicional: Desafios e oportunidades*. Lisboa: ISCSP.
- RODRIGUES, C. F. (2013). *Pobreza e Exclusão Social em Portugal: Contextos, transformações e estudos*. Lisboa: Mundos Sociais.
- SEN, A. (1999). *Development as Freedom*. Oxford: Oxford University Press.
- SILVA, A. S. (2022). *Territórios e Desigualdades: Um retrato das dinâmicas regionais em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- STIGLITZ, J. E., Sen, A., & Fitoussi, J. P. (2009). *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*. Paris.

